



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640257 - SP (2021/0014228-0)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LIGIA CINTRA DE LIMA TRINDADE - SP316822  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : G O DE S (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G O DE S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2212453-14.2020.8.26.0000).

O paciente, com 14 anos de idade, foi representado pela prática de ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. A representação foi julgada procedente pelo Juízo de primeiro grau, razão por que lhe foi aplicada a medida de internação.

A impetrante sustenta a ilegalidade da internação, por que implementada em município diverso daquele onde reside a família do adolescente. Alega que a inexistência de unidade de internação na região de moradia do menor deve acarretar a sua inserção em programa de meio aberto, conforme previsão do art. 49, II, da Lei 12.594/2012.

Assevera, ainda, o descabimento da medida socioeducativa de internação para adolescentes acusados do cometimento de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, quando não há prática reiterada.

Por fim, aduz a necessidade de se revisar o ato de privação de liberdade do menor, à luz das diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2020 e pelo Provimento CSM 2546/2020.

Requer, liminarmente, a suspensão da internação do paciente até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja substituída a medida de internação por outra em meio aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A imposição da internação está fundamentada na gravidade do ato infracional e, precipuamente, nas condições pessoais do paciente, que já suportou anteriormente a aplicação de medida socioeducativa pela prática de outro ato infracional equiparado ao tráfico de drogas.

O afastamento do pedido de substituição da internação por outra medida em meio aberto foi justificada por existir evidências concretas de que não seria suficiente para garantir o êxito do processo socioeducativo do paciente.

Acrescentou-se que os efeitos da internação em local diverso da moradia do menor encontram-se minimizados, haja vista a Portaria Normativa n. 162/2009, da Fundação Casa, que concede auxílio financeiro para o deslocamento dos familiares dos menores internos.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PÉ, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a impetrante não demonstrou a teratologia ou a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fl. 72):

*Por fim, relevante salientar que, no caso, não se aplica à paciente o §1º, do artigo 7º, do Provimento nº 2565/2020 do Conselho Superior da Magistratura deste E. Tribunal, publicado no dia 17 de julho passado próximo, na medida em que até o momento, não se tem conhecimento de que o adolescente seja portador de quaisquer das doenças listadas naquele artigo.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência